

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

NOTÍCIAS BIBLIOGRÁFICAS. FRANCISCO DA COSTA -CANCIONEIRO CHAMADO DE D. MARIA HENRIQUES.

CARDOSO, Mário

Ano: 1956 | Número: 66

Como citar este documento:

CARDOSO, Mário, Notícias Bibliográficas. Francisco da Costa -Cancioneiro chamado de D. Maria Henriques. *Revista de Guimarães*, 66 (3-4) Jul.-Dez. 1956, p. 532-537.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Notícias bibliográficas

D. FRANCISCO DA COSTA, *Cancioneiro chamado de D. Maria Henriques*. Introdução e notas de Domingos Maurício Gomes dos Santos, S. J. Edição da Agência Geral do Ultramar. Lisboa, 1956. 673 págs. 20×25 cm. Desenhos a cores, fotografuras, mapas.

Desde longa data se vem dando o título de *Cancioneiro de D. Maria Henriques* à colectânea constituída por numerosas composições poéticas, das quais foi autor D. Francisco da Costa, designação motivada simplesmente pelo facto de este precioso códice quinhentista ter pertencido, por doação ou partilhas, àquela sua terceira filha, naturalmente quando D. Joana Henriques, esposa do escritor, recebeu o manuscrito, entre o espólio por ele deixado, após o seu falecimento em Marrocos, no ano de 1591. Reza assim uma das cotas arquivísticas lançadas no volume: «Este liuro he de dona Maria Enriques que fes seu pay em Marrocos». Esta Senhora, casada com D. Marcos de Noronha, foi portanto, como é de supor, a primeira possuidora do precioso manuscrito. Com maior propriedade se deveria por consequência passar a designar pelo nome do seu autor, isto é — *Cancioneiro de D. Francisco da Costa*, e não pelo da possuidora, esta miscelânea poética escrita na segunda metade do século XVI.

Quando pela primeira vez, em 1942, o Sr. P.^o Domingos Maurício Gomes dos Santos compulsou o valioso cimélio, encontrava-se este no arquivo da Casa da falecida Senhora D. Eugénia Maria, 12.^a Con-

dessa de Tarouca. Foi o códice parar a essa biblioteca dos Marquesses de Alegrete e Penalva e Condes de Tarouca, porque uma neta de D. Francisco da Costa casou com o 2.º Marquês de Alegrete, transitando então o manuscrito para a posse desta família, nela se tendo conservado até hoje, por sucessivas heranças, sempre dentro dos seus ramos de descendência, sendo na verdade de admirar que, neste longo itinerário de quatro séculos e meio, se não haja extraviado tão importante raridade bibliográfica. É actualmente seu possuidor o 7.º Marquês de Alegrete, Sr. Fernando Teles de Meneses.

Pena é que espécies literárias desta natureza não dêem entrada nos arquivos públicos, onde a sua conservação ficaria garantida para sempre. Nestas circunstâncias, prestou o Sr. Doutor Domingos Maurício Gomes dos Santos um inapreciável serviço à história das Letras portuguesas, dando-nos a reprodução integral do códice, enriquecida com uma introdução histórico-literária e notas, ficando assim, garantido, por meio desta magnífica edição, o conhecimento de mais um exemplar dos nossos cancioneiros, ainda que por fatalidade o original venha um dia a perder-se.

Foi o trabalho do Sr. P.º Domingos Maurício benemèritamente editado pela Agência Geral do Ultramar, com uma apresentação gráfica primorosa, como aliás bem o mereciam a intervenção crítica do ilustre comentarista do códice, e o valor intrínseco deste manuscrito inédito. De facto, podia considerar-se inédito este interessante cancionero, porque, apesar de alguns escritores dos séculos XVIII e XIX lhe haverem feito referências, e ter sido até editado, embora muito incorrecta e parcialmente, por António Lourenço Caminha, no final do séc. XVIII, ninguém, até hoje, tinha estudado esta preciosa colectânea poética, como realmente merecia, dada a sua importância histórica e literária. Foi esse o trabalho exaustivo, inexcusável de competência crítica, a que agora procedeu o ilustre Escritor P.º Doutor Domingos Maurício.

De onde provém o grande interesse deste cancionero? Naturalmente do valor das suas composições para o conhecimento da nossa história literária

quinhentista, mas ainda, e talvez principalmente, de se dar o caso raro de ter sido esta obra composta durante o cativeiro do seu autor, nos anos imediatos ao tremendo desastre de Alcácer-Quibir, tendo mesmo as composições teatrais que contém sido representadas pelos cativos portugueses nas masmorras de Marrocos!

Foi encontrado e analisado este manuscrito pelo Sr. P.^o Carlos da Silva Tarouca, S. J., quando trabalhava no Arquivo da Casa de sua família. Reconhecendo a importância do códice, logo o passou às mãos do erudito P.^o Maurício, e dele deram então os dois escritores conhecimento, numa Comunicação que apresentaram ao IV Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, realizado no Porto, em 1942.

Só agora, 14 anos volvidos, foi possível vir a lume a edição integral e crítica do valioso cimélio. Em boa hora esse trabalho foi empreendido pelo Sr. P.^o Domingos Maurício, que considera o manuscrito não o autógrafa original, mas um apógrafo, único conhecido, presumivelmente da mão de Luís Fernandes Duarte, secretário do então embaixador de Portugal junto da corte de Marrocos, D. Francisco da Costa, autor do cancionero.

O Sr. P.^o Maurício realizou um trabalho magnífico, dando-nos uma introdução magistral, incomparável de método, de sequência e segurança documental, de ressurreição do ambiente histórico, na qual pôs em relêvo, no tempo e no espaço, a personalidade do autor do cancionero, e, seguidamente procedeu à análise literária e filológica, e à interpretação do significado estético dessa obra que tanto veio enriquecer a série dos nossos raros cancioneros do século XVI.

Merece a pena, para mais vivamente chamar a atenção e o interesse do leitor que ainda não conheça este esplêndido trabalho do Sr. P.^o Maurício, traçar, em breves linhas, o perfil do autor do códice e a história dos últimos amargurados e trágicos anos da sua existência. D. Francisco da Costa, nascido em 1533, foi casado com D. Joana Henriques, e descendia de uma família lisboeta. Soldado da Índia,

senhor de vários títulos e homem da confiança do rei D. Sebastião, de quem era armeiro e armador-mor, ficou a desempenhar o cargo de governador do Algarve, quando o soberano embarcou para a desastrosa jornada de África. Após a tremenda derrota de Alcácer, (descrita com tão vivas cores pelo Sr. P.^o Maurício), foi D. Francisco da Costa nomeado pelo Cardeal D. Henrique, em 1579, embaixador de Portugal junto da corte do Xerife, para transaccionar o resgate dos numerosos fidalgos e soldados que ali haviam ficado prisioneiros.

Partiu D. Francisco da Costa para tão delicada missão em Junho daquele ano, tendo sido friamente recebido na corte de Marrocos, apesar dos valiosos presentes de que fora portador para oferecer ao Xerife e cativar as suas boas graças. A soberba arrancada da imprudente jornada africana, tão heróica como desvairada, sucedia a vergonhosa e humilhante imploração da liberdade dos cativos, muitos dos quais pertencentes às primeiras famílias do reino. Grande número deles, retidos em Marraquexe, conseguiu o diligente embaixador libertar, embora a peso de ouro; mas de um grupo de 80, que se encontrava em Fez não alcançara o resgate, por falta do dinheiro exigido, que não havia meio de lhe ser enviado de Portugal. Impaciente, o Xerife propôs então ao atribulado embaixador a restituição da praça de Arzila, em troca dos prisioneiros. Não foi aceite pelo Cardeal-rei a proposta, depois de ter consultado Filipe II de Espanha, que logo se opôs a essa entrega, sob o pretexto de que ela poderia arrastar também a queda de Tânger. Por fim o Xerife consentia no regresso desses cativos a Portugal se D. Francisco assumisse inteira responsabilidade pela entrega dos 120.000 cruzados que ele exigia. Como os fidalgos prisioneiros se comprometeram a enviar essa quantia quando chegassem ao reino, logo o embaixador aceitou sem hesitação ficar por fiador do compromisso tomado pelos seus compatriotas postos em liberdade.

Mas (vilania dos homens!) os anos foram passando, um após outro, e o dinheiro que esses fidalgos (que *fidalgos!*) se haviam obrigado, sob palavra, a

entregar não mais acabou de chegar. Então, perante a falta de honradez e dignidade daqueles que só se preocuparam com a sua libertação, D. Francisco da Costa passou naturalmente da sua situação de diplomata acreditado junto da corte de Marrocos, à de um simples desterrado, vítima, como fiador insolvente, da traição daqueles pelos quais se sacrificara! E, doze anos passados neste longo cativo, falecia em 1591 o infeliz embaixador, no seu desterro africano. Foi durante esse triste período da sua vida que D. Francisco da Costa compôs as poesias que constituem o Cancioneiro, tão repassadas do saudosismo da pátria, mas que por certo contribuiriam para lhe aliviar um pouco a mágoa do apartamento dela e dos que lhe eram queridos.

O Sr. P.^e Domingos Maurício, historiador insigne e comentador deste drama pungente, dividiu e relacionou as composições do poeta em três grupos: I) Lirismo amoroso, narrativas auto-biográficas e poesia parenética; II) Poesia religiosa; III) Teatro. Todos os aspectos e facetas que a análise do Cancioneiro oferece foram tratados com superior critério e inexcedível competência pelo ilustre crítico literário e diplomata, desde a meticolosa descrição do códice e suas características paleográficas, até à apreciação objectiva do lirismo, mística religiosa e dramaturgia da obra; desde a pormenorizada biografia do poeta e do ambiente histórico em que ele viveu, até o sugestivo quadro da tragédia de Alcácer-Quibir e aos panoramas, tão vivamente coloridos, da paisagem berbere.

E, como se tão exaustivo trabalho da transcrição rigorosa do Cancioneiro e da magnífica Introdução que o acompanha não bastasse, ainda o organizador deste volume de cerca de 700 páginas o ilustrou e enriqueceu de numerosas gravuras, e completou com nada menos de sete índices: um das composições, por idiomas (latinas, portuguesas e espanholas); dois das composições líricas intercaladas nas peças de teatro, umas para recitação, outras musicadas; um índice dos primeiros versos de cada composição, por ordem alfabética; outro das fontes bibliográficas consultadas, manuscritas e impressas; outro ainda

das ilustrações que acompanham a obra (fotogravuras, mapas topográficos e geográficos, fac-similes de autógrafos, desenhos coloridos de braços d'armas, etc.); e, finalmente, um índice ideográfico e onomástico. Encerram o volume dois glossários de termos e expressões portuguesas e espanholas.

Em suma, o *Cancioneiro de D. Francisco da Costa* não podia ter encontrado melhor comentarista e crítico. Felicitamos vivamente o insigne Escritor Sr. P.^o Doutor Domingos Maurício Gomes dos Santos, lamentando apenas não deixarmos nestas páginas uma recensão verdadeiramente à altura do valioso trabalho do ilustre Redactor da *Brotéria* e incansável cultor das Letras Portuguesas.

ADOLF SCHULTEN, *Iberische Landeskunde. Geographia des antiken Spanien*. Strasbourg, 1955. Vol. I. Impresso com o patrocínio da «Deutsche Forschungsgemeinschaft». 466 págs. 16 × 25 cm.

Depois da sua obra monumental em quatro volumes sobre *Numantia*, cuja publicação o insigne hispanista Adolf Schulten iniciou em 1914 (data do 1.^o tomo) e terminou em 1931 com a vinda a lume do último tomo, pode sem dúvida considerar-se este volume, *Iberische Landeskunde*, como um dos trabalhos de maior fôlego empreendidos pelo sábio germânico sobre a antiga Hispânia, não falando na série das *Fontes Hispaniae Antiquae*, que vêm sendo publicadas em ritmo lento, mas contínuo, desde 1922.

A par destas grandes obras de tomo, numerosos trabalhos tem publicado este infatigável investigador, que consagrou toda a sua já tão longa vida ao estudo aturado e profundo da milenária história da Península Ibérica, e a quem os estudiosos, especialmente portugueses e espanhóis, ficam devendo inapreciáveis serviços! Para se fazer uma ideia da enorme capacidade de trabalho e competência do eminente erudito, basta lembrar que, em 1940, ano em que Schulten